

## EDITORIAL

### 1. A Casete da direita continua!

Os trabalhadores da Administração Pública continuam a ser o bode expiatório da política de direita do Governo PS para “combater a crise e o défice”.

A prová-lo aí está o Orçamento de Estado (OE) 2010, viabilizado pelos partidos (PS, PSD e CDS) que defendem na Assembleia da República os interesses do grande capital dominante, a trazer novos sacrifícios sempre e só para os trabalhadores, congelando os salários, agravando as suas condições de aposentação e reduzindo o já débil mercado interno, essencial para a recuperação das micro, pequenas e médias empresas e da economia nacional.

Apesar dos sacrifícios impostos aos trabalhadores em passado recente, o défice disparou para 9,3%, o desemprego já vai nos 10% e não se vislumbra qualquer sinal de crescimento económico.

Este Orçamento define a **natureza de classe da política de direita** do Governo que injecta milhões de euros para “nacionalizar” os prejuízos resultantes das fraudes do BPN, recusa a taxação das mais-valias bolsistas, fecha os olhos ao pagamento pela banca de uma taxa de IRC inferior à das restantes empresas, mas elege os trabalhadores como alvo da sua política de classe, de exploração e de sujeição aos interesses do grande capital.

### 2. O ataque aos trabalhadores, à Administração Pública e às funções sociais do Estado.

Na Administração Pública, esta política de ataque aos trabalhadores atingiu a sua expressão máxima com o anterior governo PS/Sócrates, criando a mobilidade especial, eliminando os quadros de pessoal e, por último, destruindo o vínculo público, para efectuar despedimentos, criar precariedade e generalizar a insegurança entre os trabalhadores.

A “avaliação” dos trabalhadores através do SIADAP, com a introdução das quotas, não tem, também, outro objectivo senão o de reduzir custos, bloqueando a progressão nas carreiras.

Entretanto continua o despesismo da contratação e pagamento de serviços e pareceres a empresas privadas, quando na Administração Pública há técnicos de reconhecida competência e serviços com falta de pessoal.

Tudo isto tendo como **objectivo o favorecimento do sector privado, a entrega ao grande capital das funções lucrativas da Administração Pública e a destruição das funções sociais do Estado.**

### 3. A luta é o caminho

A sociedade em que os partidos ao serviço do grande capital – PS, PSD e CDS – transformaram o 25 de Abril, está podre.

A tese da concórdia nacional e da concertação para debelar a crise esconde a existência de **interesses antagónicos** entre aqueles que exploram e aqueles que são explorados, entre o PS, o PSD e o CDS, de um lado, e os trabalhadores portugueses e o seu partido, o PCP, do outro.

Compete aos trabalhadores tomar o futuro nas suas próprias mãos, resistindo à exploração e aos exploradores e lutando para derrotar a política de direita, seja ela praticada pelo PS, pelo PSD ou pelo CDS.

**Só a luta dos trabalhadores pode opor uma barreira à exploração e ao autoritarismo e vencer a ditadura do grande capital!**



# ACORDO DE CARREIRAS

A contratação colectiva sempre foi entendida como um instrumento para permitir aos trabalhadores terem melhores condições de trabalho do que a lei geral lhes conferia. Por isso se desenvolveram grandes lutas pelo direito à contratação e continuam a desenvolver-se pela sua efectiva concretização.

O que é facto, é que a “contratação colectiva” imposta pelo Governo PS/Sócrates e acordada com os seus comissários sindicais da UGT não passa de uma fachada porque das questões mais graves que se colocam – a destruição do vínculo e das carreiras, o condicionamento das progressões salariais, a injustiça do SIADAP – nenhuma pode ser alterada (entenda-se melhorada) em sede de contratação colectiva. São matérias que estão vedadas.

O Governo e a UGT, depois de se porem de acordo a retirar direitos aos trabalhadores da Função Pública – como exemplo mais flagrante temos os horários de trabalho - encenaram um processo de contratação colectiva que abre a porta à desregulamentação ainda maior dos horários de trabalho e não resolve os problemas centrais com que os trabalhadores se debatem hoje nos locais de trabalho.

E a estratégia subjacente a este processo é procurar enfraquecer os sindicatos da CGTP, que não vendem direitos dos trabalhadores.

O primeiro passo é acordar com a UGT modalidades de horário

que fazem falta aos trabalhadores em troca da adaptabilidade de horários (a possibilidade de trabalhar mais horas, de forma desregulada, sem pagamento de horas extraordinárias). Depois estende estas condições a quem não for sindicalizado – e actua activamente nos locais de trabalho dizendo que quem quer ter aqueles horários não pode estar sindicalizado nos nossos sindicatos.

Este é o cerne desta contratação colectiva: o Governo pegou num direito fundamental dos trabalhadores e dos sindicatos e procurou virá-lo contra eles.

Os Sindicatos da Frente Comum não aceitam estas condições. Estão num processo de contratação colectiva que permita repor os horários de trabalho que lhes foram roubados pelo Governo em conluio com a UGT, como a jornada contínua ou o horário flexível, e sem contrapartidas negativas para os trabalhadores - que a UGT lhes deu - como a adaptabilidade de horários.

A concretização de um acordo com melhores horários de trabalho é uma das frentes de luta. Mas a luta pela recuperação do vínculo e do direito à carreira, pela valorização salarial, pelo fim das injustiças do SIADAP está no cerne das melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores da Função Pública.

Com esses direitos garantidos teremos ainda mais força para desenvolver processos de contratação colectiva que correspondam a melhorias efectivas para quem trabalha.



## PRECARIEDADE

**Precariedade Laboral na Administração Pública - Governo dá o exemplo de implementação da precariedade laboral.**

A precariedade laboral na Administração Pública tem assumido diversas formas ao longo dos anos. Desde

os tafeiros, a contratados à hora, aos recibos verdes, ao trabalho temporário, os sucessivos governos vão arranjando esquemas injustos para manter um contingente de trabalhadores precários tentando assim mantê-los sem voz, sem capacidade reivindicativa, com maiores dificuldades de contestarem a sua situação.



Na Administração Pública, os trabalhadores só ganham vínculo efectivo, através de concurso público. Esta situação gera situações de precariedade que duram vários anos sem que se resolvam. O governo PS/ Sócrates, foi e é, um dos grandes promotores da precariedade laboral, levando a despedimentos de trabalhadores precários (nomeadamente de falsos recibos verdes) na sua fúria de conter o défice, mesmo à custa da qualidade dos serviços.

Só no final do mandato do 1º Governo PS/Sócrates, com a denúncia e intervenção do PCP e dos sindicatos, foi possível abrir um conjunto de concursos, que poderão regularizar a situação de muitos milhares de trabalhadores, mas não resolve o problema de todos. A saturação dos trabalhadores precários e a consciência da necessidade de lutarem levou-os a procurar os Sindicatos da CGTP, bem como o apoio do PCP para realizar a denúncia deste problema e a exigir a sua solução. De facto dos muitos concursos abertos nessa fase, constata-se que lutar vale a pena e que as situações de precariedade se podem alterar. Esta situação de precariedade vergonhosa é o resultado de uma política anti-trabalhador desenvolvida pelo Governo PS/Sócrates.

A precariedade laboral, transformou-se também num negócio: as empresas de trabalho temporário encontraram no Governo um financiador efectivo. De facto segundo números da associação das empresas de trabalho temporário, cerca de 5 mil trabalhadores são colocados anualmente na Administração Pública. Para além da situação injusta e grave em que se colocam estes trabalhadores, as empresas de trabalho temporário são um gasto enorme para os serviços, assumindo-se o Governo, por este meio como promotor da precariedade laboral, e esbanjador de dinheiros públicos.

É conhecido o discurso hipócrita daqueles que alegam ser melhor estar precário do que desempregado, numa lógica de chantagem que muitos trabalhadores precários conhecem, só não a querem aplicada a si.

Os trabalhadores das escolas, do sector da saúde, da Autoridade das Condições de Trabalho (com juristas avançados), do IPAC, do Instituto da Segurança Social, entre muito outros serviços da Função Pública puderam contar com a ajuda do PCP, com a sua insistente denúncia e acção no sentido serem dados passos na resolução desta chaga social.

O sector privado aplaude naturalmente esta desregulamentação laboral. É o Governo que dá o exemplo e a ordem para que existam trabalhadores precários.

Aliás um Governo de um partido, que tem como Provedor do Trabalho Temporário, um ilustre membro do

PS, o Dr. Vitalino Canas, para todos aqueles que tivessem dúvidas de que o PS é um promotor da precariedade laboral.

O Governo PS criou agora mais uma modalidade de precariedade laboral, os estágios na administração pública, em que os trabalhadores são colocados pelo período de um ano a trabalhar, com o pomposo nome de estágio. Ao fim de um ano com um baixo salário o estagiário vai para a rua!

Para além disto, os trabalhadores desempregados são utilizados como mão-de-obra barata em muitos sectores. Muitos serviços são assegurados exclusivamente por trabalhadores desempregados, que recebem um pequeno acréscimo remuneratório, acrescido do passe social. Muitos destes desempregados em funções nos serviços públicos nem o ordenado mínimo recebem. A expectativa de virem a ser integrados na Função Pública é praticamente nula.

Paralelamente continuam trabalhadores em situação de mobilidade especial, numa situação injusta de inactividade, que leva a cortes até que um terço do seu vencimento, quando deveriam ser reintegrados nos serviços. A luta por um posto de trabalho efectivo para os trabalhadores precários vai continuar. Os trabalhadores em situação de precariedade podem contar sempre com o apoio do PCP.



Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

**Recorte e envie para:**  
Partido Comunista Português  
Rua Seneiro Pereira Gomes, 3  
1600-196 Lisboa

## Ficha para contacto

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

**www.pcp.pt • e-mail: pcp@pcp.pt**

## **SABIA QUE?**



**Sabia que...**O Orçamento de Estado para 2010, que impõe sacrifícios aos trabalhadores da Administração Pública através do Congelamento de Salários e retrocessos nos direitos da Aposentação é o mesmo que, numa clara opção de classe deste Governo, mantém e acentua os apoios e privilégios do grande capital e que, assim, a crise não é para todos?

**Sabia que...**Os Benefícios Fiscais concedidos ao *off-shore* da Madeira, totalizam 1.092 Milhões de euros?

**Sabia que...**Os apoios à Banca em 2009 foram de 20 Milhões de € e que os quatro maiores Bancos anunciavam lucros de 1.400 Milhões de €, mais 14% que em 2008?

Isto é, 4 Milhões € por dia! Valor que daria para construir 10 Barragens!

**Sabia que...**Apesar dos lucros terem aumentado o valor dos Impostos pagos ao Estado pela Banca diminuíram 15,6%, em resultado dos benefícios fiscais concedidos?

**Sabia que...**Na "economia de casino" -A Bolsa – O crescimento das 20 principais empresas foi de 34%?

**Sabia que...**A burla cometida no Banco Português de Negócios (BPN) ascende a 9.711. Milhões de €? Para que se perceba melhor, este valor daria para comprar 48 aviões Airbus A380, ou para construir 7 TGV de Lisboa a Gaia ou para distribuir por cada um dos 10 Milhões de Portugueses a quantia de 971 €.

**Sabia que...** A incúria deliberada que a Entidade Reguladora – Banco de Portugal - demonstrou neste, como noutros processos, "têm prémio pelo seu bom desempenho". Assim é, o ainda Presidente desta Instituição – Vítor Constâncio -, foi designado para o cargo de vice-presidente do BCE.

**Sabia que...** em pouco mais de três meses Sócrates já nomeou 1.361 pessoas das quais 323 vêm de fora da função pública?

E que, nos dois primeiros anos do seu primeiro Mandato nomeou 2373 pessoas (uma média de 3,24 por dia), das quais mais de 300 eram assessores/consultores e quase 200 adjuntos?

**Sabia que...**Os Gestores Públicos, cujo salário está fixado em 4.752.55€, auferem entre os 18.217€ (CTT) e os 24.939€ (CGD)?

**Enquanto tudo isto acontece, os trabalhadores vão apertando o cinto! Tal como diz o Poeta: o Povo é que paga! O Povo é que paga!**

## **PCP - 89º Aniversário**

**6 de Março, data do aniversário do PCP, é para os comunistas portugueses data de celebração, de festa e de luta.**

Não se trata de um qualquer ritual saudosista. O aniversário do PCP é para os comunistas de hoje fonte de inspiração, de responsabilização e de compromisso renovado com o colectivo partidário que se construiu e consolidou ao longo de todos estes anos. É evidente que não é possível comemorar o aniversário do PCP sem evocar gerações de homens, mulheres e jovens que deram o melhor das suas vidas à luta do seu Partido e do seu povo contra a exploração e a opressão fascista, nas mais duras condições de repressão. Sem pedir nada em troca, numa entrega total que chegou em muitos casos ao sacrifício da própria vida.

Não é possível comemorar o aniversário do PCP sem tomar consciência do que foi ao longo de 48 anos o seu papel na mobilização da resistência da classe operária e dos trabalhadores na luta pela liberdade e por melhores condições de vida. Como também na construção, às vezes bem difícil, da convergência dos diferentes sectores antifascistas que conjugando as suas acções com o desenvolvimento da luta de massas, contribuíram para abrir o caminho de Abril. Não é possível comemorar o aniversário do PCP sem ter presentes os gloriosos dias em que a energia revolucionária inundou as nossas vidas, os nossos locais de trabalho, as nossas ruas, em que uma vez mais foi o PCP que, na vanguarda do movimento popular deu um contributo decisivo para a construção do Portugal de Abril. E, depois, ao longo dos duros anos da contra-revolução, foi ainda o PCP que abriu aos trabalhadores perspectivas da luta como único caminho para defen-

der o que conquistámos com a Revolução de Abril. É, pois, evidente que reconhecer o papel do PCP na vida e na história dos trabalhadores e do Povo Português é para nós, comunistas portugueses, um motivo de orgulho e de alegria, mas também de exigência e de compromisso. Fazemos, neste momento, face a uma situação de grande dificuldade para a classe operária, os trabalhadores e outras camadas laboriosas da população. Ataques aos direitos dos trabalhadores, precarização do trabalho, desemprego crescente, redução dos salários, quando não o seu congelamento puro e simples; Redução das funções sociais do Estado e dificuldade crescente no acesso das populações à sua prestação; Escandalosa concentração de riqueza nas mãos dos grandes grupos económicos, cujos interesses comandam a política do País, enquanto cresce o número dos que vivem abaixo do limiar da pobreza - eis alguns dos traços essenciais do quadro em que hoje nos movimentamos.

**Apelo à mobilização e à luta, apelo à intervenção determinada dos trabalhadores e do povo. Apelo à convergência na acção e na luta de todos os democratas que recusam esta política.** Para nós, comunistas, que celebramos o 89º aniversário do nosso Partido, apelo a um compromisso renovado com os ideais que nos unem, no grande colectivo que é o PCP.

Compromisso renovado com a liberdade, a democracia, os direitos dos trabalhadores. **Compromisso renovado com a construção de uma sociedade nova sem exploração nem opressão - com a construção do socialismo que continua a ser a razão e a força da luta do PCP.**